



O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO POLO ASSU-MOSSORÓ (RN)

THE DEVELOPMENT OF CAPITALISM IN THE FIELD AND THE CONSEQUENCES FOR PEASANT FAMILY AGRICULTURE IN THE ASSU-MOSSORÓ (RN) POLE

Alcimária Fernandes da Silva ¹
Anieres Barbosa da Silva ²

RESUMO

O processo de modernização do campo brasileiro, que ocorre seletivamente e engloba uma minoria voltada principalmente para o agronegócio, tem aguçado as contradições nesse espaço. Assim, o trabalho ora proposto objetiva refletir sobre o processo de formação do Polo Assu-Mossoró, destacando as consequências que refletiram sobre os agricultores familiares camponeses, já que esse recorte pode ser considerado como resultante do processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo, na medida em que, de um lado, expressa a modernização da agricultura, e, do outro, apresenta-se como um espaço de subjugo, desigualdades sociais, concentração de terras e expropriação de agricultores familiares camponeses. Pesquisas bibliográficas, documentais e a coleta de dados, sobretudo nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 e no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, se constituíram nos principais procedimentos metodológicos. Concluiu-se que no referido Polo o processo de modernização do campo não tem impactado positivamente nos aspectos sociais, já que boa parte da população depende de programas sociais como o Bolsa Família e, embora os agricultores familiares camponeses sejam maioria nesse espaço, predomina em suas mãos os estabelecimentos de pequenas dimensões de terras, enquanto que as maiores áreas têm sido apropriadas por agricultores não familiares. Por outro lado, a organização em associações e a participação em feiras agroecológicas, bem como a parceria e o arrendamento, por parte dos agricultores sem-terra, sinalizam também para formas de resistência e ao não subjugo ao agronegócio.

Palavras-chave: Modernização do campo, Agricultura familiar camponesa, Polo Assu-Mossoró, Contradições.

ABSTRACT

The modernization process of the Brazilian countryside, which occurs selectively and includes a minority focused mainly on agribusiness, has sharpened the contradictions in this space. Thus, the work proposed here aims to reflect on the process of formation of Assu-Mossoró Pole, highlighting the consequences that reflected on peasant family farmers, as this cut can be considered as a result of the contradictory process of development of capitalism in the countryside, in insofar as, on the one hand, it expresses the modernization of agriculture, and, on the other, it presents itself as a space of subjugation, social inequalities, land concentration and expropriation of peasant family farmers.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, alcimariafernandes@hotmail.com;

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, anieres@uol.com.br;



Bibliographic and documentary research and data collection, especially in the Agricultural Census of 2006 and 2017 and in the Atlas of Human Development in Brazil, constituted the main methodological procedures. It was concluded that in the aforementioned Pole the process of modernization of the countryside has not had a positive impact on social aspects, since a large part of the population depends on social programs such as Bolsa Família and, although peasant family farmers are the majority in this space, it predominates in their small farms of land, while the larger areas have been appropriated by non-family farmers. On the other hand, organization in associations and participation in agroecological fairs, as well as partnerships and leases by landless farmers, also point to forms of resistance and non-subjugation to agribusiness.

Keywords: Field modernization; Peasant family farming; Assu-Mossoró Pole; Contradictions.

INTRODUÇÃO

O espaço agrário brasileiro se apresenta heterogêneo e vem passando por modificações, provenientes de um processo de modernização considerado por muitos pesquisadores como conservador, pois não beneficia com prioridade e zelo a agricultura familiar camponesa, e sim os grandes produtores rurais. Essa modernização se apresenta no espaço de maneira seletiva, em face da atuação de grandes empresas agropecuárias, articuladas ao agronegócio, sejam elas nacionais ou internacionais, que, gradativamente, vem tornando a paisagem do campo marcada pela presença de monoculturas e agroindústrias que direcionam seus produtos principalmente ao mercado externo, globalizado.

No Nordeste brasileiro, o impacto do processo de modernização do campo se deu sob forte influência e ação do Estado³, por meio de políticas públicas, que viabilizaram tanto a realização de projetos de caráter público, em atendimento a produtores rurais, quanto à implementação de grandes projetos agropecuários da iniciativa privada. Esse processo se

³ Um dos exemplos da atuação do Estado nesse projeto modernizante do Nordeste é a criação dos chamados Polos de Desenvolvimento, que são criados na perspectiva de estratégias norteadas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Na teoria, apresentavam um véis voltado ao desenvolvimento local e, na prática, foram sinônimo de contribuição à expansão do agronegócio em áreas que apresentassem potencial econômico a esse fim, realidade a qual possibilitou a criação do Polo de Desenvolvimento Integrado Assu-Mossoró na região Oeste do Rio Grande do Norte, recorte desse estudo. Nesse sentido, a ação regional de instituições como o Banco do Nordeste, através do financiamento e coordenação desses espaços, vai ser de suma importância nesse processo. Criados no ano de 1997, é importante salientar que já em 2003 esses polos, com essas características e mobilizados nessa perspectiva, deixam de existir no âmbito do Banco Nordeste. Entretanto, optamos por manter o recorte do polo em nossa pesquisa, pois o mesmo englobou geograficamente municípios em que se materializam a modernização do campo através da presença do agronegócio da fruticultura irrigada e, muito embora, não represente mais essa política, não deixam de receber incentivos públicos e privados. Além disso, culturalmente, e principalmente no âmbito acadêmico, vários pesquisadores ainda usam como recorte em suas análises o Polo Assu-Mossoró. Assim, sendo o nosso objeto as consequências do processo de modernização do campo para a agricultura familiar camponesa e não o desenrolar dessa política que envolve os polos, o recorte representou um espaço no qual se efetiva nossas análises e reflexões com base no objeto.



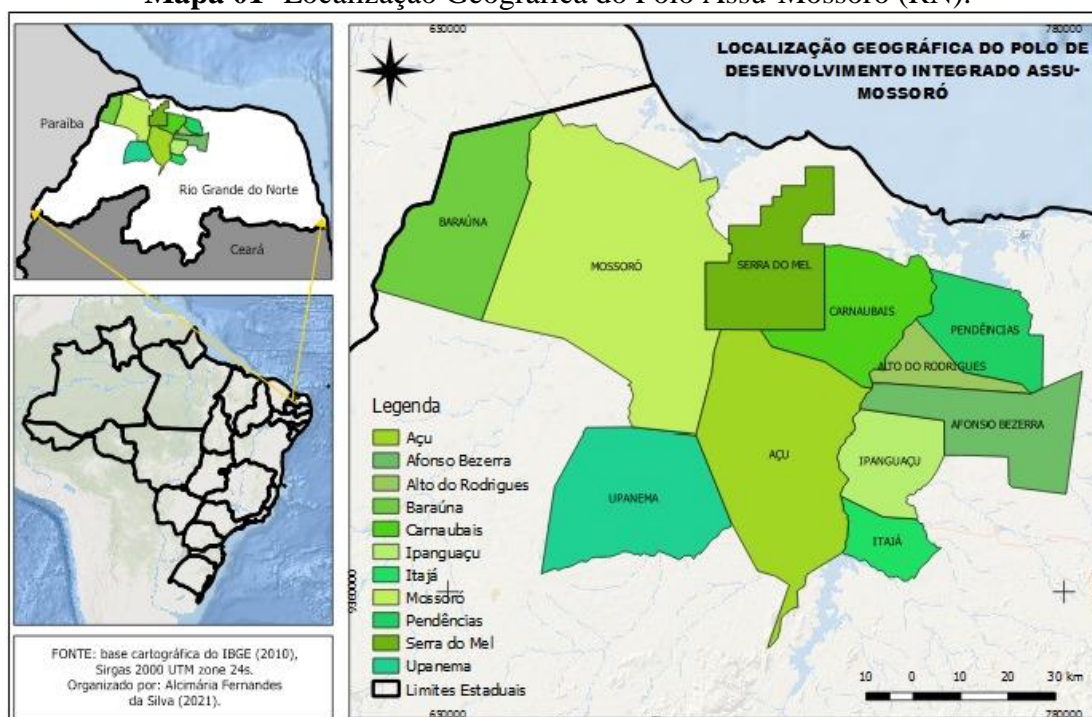
materializou de maneira mais visível após a década de 1970, sobretudo em algumas porções do território brasileiro, como os vales úmidos para a produção agrícola moderna, em decorrência da presença ou construção de grandes reservatórios hídricos sob a coordenação ou apoio de instituições, como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

O processo de modernização privilegiou, sobretudo, os grandes proprietários de terras que ampliaram o poder político e econômico e contribuiu para que os agricultores familiares camponeses fossem expropriados de suas terras ou, no caso daqueles que permaneceram, tivessem pouco, ou nenhum, acesso aos recursos creditícios e aos subsídios técnicos do Estado. Tais condições fundamentam o nosso entendimento de que o espaço agrário brasileiro é um território socialmente excludente, no qual as contradições intrínsecas ao desenvolvimento do capitalismo no campo conformam o que foi denominado na literatura de *questão agrária*.

No espaço agrário do Rio Grande do Norte, o que se constituiu no Polo Assu-Mossoró⁴, (Mapa 01) recorte espacial dessa pesquisa, vai ao encontro do que já foi explicitado antes, vez que ele pode ser considerado como resultante do processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo, na medida em que, de um lado, expressa a modernização da agricultura, e, do outro, apresenta-se como um espaço de subjugação, desigualdades sociais, concentração de terras e expropriação de agricultores familiares camponeses. Entretanto, não se observa com esse processo, o desaparecimento do camponês como anunciaram Kautsky (1980) e Lênin (1982) em suas análises nos séculos XVIII, mas resistências e processos de recriação desses sujeitos. Pois, como bem enfatiza Oliveira (2007), o capitalismo age para seu desenvolvimento de forma contraditória e, conseqüentemente, gera relações de produções não capitalistas.

⁴O Polo de Desenvolvimento Integrado Assu-Mossoró foi constituído, a partir da sua criação, por 11 municípios: Afonso Bezerra, Alto do Rodrigues, Açu, Baraúna, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Pendências, Serra do Mel e Upanema.

Mapa 01- Localização Geográfica do Polo Assu-Mossoró (RN).



Fonte: IBGE, 2010 SIRGAS 2000 UTM ZONE 24S. Organização: SILVA, A. F, 2021.

Nessa perspectiva, o texto ora proposto tem como objetivo refletir sobre o processo de formação do Polo Assu-Mossoró, destacando as consequências que refletiram sobre os agricultores familiares camponeses. As reflexões ora encaminhadas estão relacionadas a um estudo mais amplo sobre esse recorte espacial, e que se atenta a analisar as permanências e recriação da agricultura familiar camponesa frente ao capital, compreendendo que a realização dessa pesquisa poderá contribuir com o conhecimento da realidade vivenciada pelos sujeitos sociais que sofrem os impactos do processo de modernização do campo.

Para realização desse trabalho foram importantes as pesquisas documentais e bibliográficas, bem como dados primários e secundários. Estes se deram, sobretudo, no *site* do IBGE, nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 e no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. A pesquisa parte de uma análise qualitativa dos dados coletados, sendo estes fundamentais nas análises apresentadas, pois possibilitaram a compreensão de aspectos importantes envolvendo a formação do Polo Assu-Mossoró e a ele intrínsecos elementos sociais e a questão agrária. Os dados coletados tiveram como subsídios para sua análise o aporte bibliográfico, e encontram-se apresentados em quadros e tabelas.

Para dar conta da discussão apresentada, este texto encontra-se estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, discorreremos sobre as políticas de cunho modernizante direcionadas ao Nordeste, no intuito de expressar



como a atuação do Estado privilegiou o grande capital em detrimento da agricultura familiar camponesa. Na sequência, refletimos sobre o Polo Assu-Mossoró, enfatizando como se deu a sua formação. Em seguida, na terceira seção, destacamos algumas consequências do processo de modernização para os agricultores familiares camponeses, desvelando elementos da questão agrária. Por último, apresentamos as considerações finais, ressaltando as principais ponderações feitas sobre a problemática analisada.

POLÍTICAS DE CUNHO MODERNIZANTES DIRECIONADAS AO NORDESTE BRASILEIRO

As políticas voltadas à realidade agrária do Nordeste, de acordo com Silva (2019), se deram através de ações que privilegiaram a instalação de grandes reservatórios e a criação de instituições encarregadas de desenvolver estudos e planos operacionais, no intuito de serem utilizados como estratégia no combate aos efeitos da seca e colocar em prática ideais desenvolvimentistas.

Dentre essas instituições podemos destacar, como exemplo, a criação, em 1909, da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), que passou a ser denominada de Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919, e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a partir do ano de 1945. Na década de 1950 foram criados o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e a SUDENE. A estrutura organizacional e as obras provenientes da ação desses órgãos serviriam como arcabouço para a implantação dos preceitos da modernização e a ela intrínseca a criação de áreas de irrigação no Nordeste. Para tanto, é importante considerar, inicialmente, que esse ímpeto pela modernização da agricultura tem relação com aspectos externos ao contexto regional nordestino, como é o caso do que se convencionou denominar de Revolução Verde e que impactou o território brasileiro principalmente a partir da década de 1960.

A Revolução Verde recebeu esse nome visto as mudanças que provocou na forma de produzir no âmbito da agricultura. “Os que criaram a Revolução Verde diziam que ela iria aumentar a produção e a produtividade agrícola, iria produzir tantos alimentos que acabaria com a fome do planeta terra.” (GÖRGEN, 2004, p.26). No geral, a Revolução Verde acabou por se constituir em um programa de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e na pecuária, que tem sua produção direcionada ao mercado e com maior objetivo, o lucro (GÖRGEN, 2004).



Na região Nordeste, a SUDENE foi responsável por fomentar esse processo de modernização, visto o financiamento de projetos de irrigação em áreas específicas do semiárido e estruturação da infraestrutura necessária a esse processo. De acordo com Souza, Lopes e Silva (2012):

As ações da SUDENE, no início de suas atividades, tinham como principais metas integrar o Nordeste ao Centro Sul do país por meio da industrialização. Para isso fez necessário equipar o território com infraestruturas (rodovias, eletrificação, portos, aeroportos, construção de barragens etc.) para viabilizar a expansão do capitalismo no meio rural nordestino e, conseqüentemente, a instalação de agroindústrias na região. (SOUZA; LOPES; SILVA, 2012, p.03).

O projeto de irrigação no São Francisco foi, de acordo com Furtado (1997, p.107) “o primeiro projeto importante de irrigação do Nordeste.” Tendo início esse projeto de aproveitamento do Rio São Francisco, restavam de acordo com Furtado (1997):

As bacias dos açudes, onde estavam acumulados cerca de sete bilhões de metros cúbicos de água. Por que não pensar em utilização dessa água para fins de irrigação, fazendo surgir nas áreas povoadas do semiárido uma constelação de núcleos produtores de alimentos? Nem sempre os açudes haviam sido construídos com vistas a maximizar as possibilidades de irrigação, mas os estudos já disponíveis punham em evidência que 45 mil hectares adicionais podiam ser irrigados com a água já acumulada nos sistemas Jaguaribe, Piranhas, Curu, Acaraí, Paraíba, Pajeú, Moxotó e Itapicuru. (FURTADO, 1997, p.107).

A riqueza advinda da presença desses recursos hídricos poderia alavancar o desenvolvimento das atividades agropecuárias e condicionar melhores condições de vida aos agricultores familiares camponeses. Ao longo do tempo, entretanto, o que se pode observar é que esses espaços vêm servindo ao grande capital, reforçando a estrutura fundiária concentradora, e pouco contribuindo para a produção de alimentos que possam ser consumidos internamente em nosso país, tendo em vista a prioridade dada ao mercado externo.

Vale ressaltar que a presença de açudes e barragens na região Nordeste tem forte relação com a histórica defesa de que a solução para os problemas dessa região poderia se dá com o represamento da água. Como explicitado, no decorrer dos anos vão sendo criados órgãos com essa finalidade e a eles imbricados, posteriormente, a perspectiva de irrigação.

Na década de 1960, mais especificadamente em 1968, é criado o Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário (GEIDA), com o objetivo de realizar estudos com vistas à elaboração de políticas públicas federais direcionadas a difusão da agricultura irrigada. Para Silva e Silva (2006) esse foi um marco importante no que se refere ao empenho em



desenvolver a irrigação no semiárido nordestino. Foi esse grupo o responsável pela elaboração do Programa Plurianual de Irrigação (PPI), tendo este sido divulgado no ano de 1971.

Nesse período, de acordo com Souza (1997), as preocupações com o meio rural do Nordeste ainda se calcavam nas discussões sobre os problemas regionais referentes a instabilidade na produção agrícola e a própria vulnerabilidade proveniente das condições climáticas, tendo sido elaboradas estratégias a partir dos chamados Planos Diretores no nível regional.

Para Toledo (2013), o I Plano Diretor (1961-1963), norteava-se por quatro linhas de ações no que se refere ao setor primário: “o aproveitamento racional dos recursos hídricos, a reestruturação da economia agrícola, a racionalização do abastecimento e a política de colonização.” (p.39). O II Plano Diretor (1963-1965) tinha relação com o plano anterior, mas também inclui projetos agrícolas beneficiados pelo Artigo 34/18⁵. Com o III e IV Planos Diretores (1966-1968 e 1969-1973), foram dadas maior ênfase para pesquisas em hidrologia e hidrogeologia. Além disso, visualiza-se nesses planos o reforço à política de expansão na oferta de terras agricultáveis.

Existem sérias críticas em relação a esses planos, como a não aplicação dos recursos planejados e a falta de articulação da SUDENE com outros órgãos federais (TOLEDO, 2013). Foram esses aspectos, de acordo com Souza (1997), os condicionadores da substituição em 1972 do IV Plano Diretor pelo então denominado Plano de Desenvolvimento do Nordeste para adequá-lo ao Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND – 1972-1974).

Observamos com isso mudanças de direcionamento, nas quais ocorre a saída dos Planos Diretores na perspectiva regional para o âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento a partir da criação do PND, o que constituía para Nunes (2009, p.100) a tentativa de “compatibilizar os objetivos e esforços regionais com o planejamento em nível Nacional.”

De acordo com Toledo (2013):

O I PND foi responsável pela criação de dois programas dentro do âmbito do planejamento nacional. Eles eram o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA). Esses dois programas também obteriam fundos através de deduções de imposto de renda, tal como feito pelo Artigo 34/18 na década de 1960. (TOLEDO, 2013, p.41).

Dentro do Programa de Integração Nacional exposto acima, duas linhas de ações direcionam-se especificadamente ao Nordeste, sendo a primeira voltada para um Plano de

⁵ Refere-se a medidas de incentivos fiscais do Fundo de Investimento no Nordeste (FINOR).



Irrigação direcionado ao aproveitamento dos vales úmidos, pretendendo aumentar a produtividade do semiárido. A segunda buscava a implantação de corredores de exportação na região. Em ambas, podemos observar que o ímpeto modernizante estava intrínseco ao desenvolvimento dessas políticas.

O PROTERRA tinha como pontos importantes a compra e a desapropriação de terras e a concessão de créditos com juros subsidiados. Para Toledo (2013, p. 40) “programa tinha como alvo principal o pequeno produtor, em especial o minifundiário e os que não possuíam terras. Suas ações eram, em geral, focadas na concessão de crédito de longo prazo com juros baixos para estimular a expansão da agroindústria na região”. Os objetivos desse programa foram desviados. Para Nunes (2009), o Estado teria sido o responsável, já que passou a direcionar os recursos desse programa para favorecer projetos de modernização agrícola a partir da expansão de grandes empresas no Nordeste. Dessa forma, podemos perceber que a agricultura familiar camponesa foi, mais uma vez, negligenciada e a prioridade continuou sendo calcada na lógica capitalista empresarial no campo.

Com o II PND (1975-1979⁶) foram criados dois novos programas: o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo).

O primeiro tinha como objetivo selecionar subáreas que apresentassem maior potencialidade, “considerando a proximidade de mercados e as atividades tradicionais, e torná-las polos de dinamização do desenvolvimento no Nordeste. O programa pretendia fortalecer a infraestrutura rural a fim de intensificar o desenvolvimento agropecuário da região.” (TOLEDO, 2013, p. 41). Trazia também uma preocupação de cunho social, tendo em vista buscar soluções que viessem a facilitar as atividades dos pequenos produtores, entretanto, como já discutido com base em Nunes (2009, p.100), muitos dos recursos “foram destinados para outra concepção: do incentivo a grandes empresas em projetos de modernização e na ótica desenvolvimentista dos polos de crescimento [...]”

O segundo, o Projeto Sertanejo, tinha em sua concepção, de acordo com Nunes (2009), a busca pela implantação de projetos públicos de irrigação sob a coordenação do DNOCS. São exemplos o Polo Agroindustrial Petrolina (PE)-Juazeiro (BA) no Vale do São Francisco, o núcleo de produção de Irecê (BA) e a produção de frutas frescas no Projeto Baixo-Açu. Assim como ocorreu com o POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo acabou por

⁶ Ainda em 1979, ocorre também a criação da Política Nacional de Irrigação, a qual resultou na instalação de projetos públicos de irrigação, fazendo com que a região Nordeste fosse inserida nas atividades agrícolas modernas, com destaque para a produção da fruticultura irrigada (SILVA, 2019).



contribuir na redefinição das formas dos usos agrícolas do território, tendo em vista a difusão de sistemas de irrigação no semiárido (SILVA, 2019).

O DNOCS, atualmente, na área semiárida do Nordeste, construiu e opera perímetros irrigados nos estados de Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. Esses perímetros se caracterizam pela presença e atuação de empresas do agronegócio. No Perímetro Irrigado Baixo-Açu, localizado no Polo Assu-Mossoró⁷, abrangendo os municípios de Alto do Rodrigues, Afonso Bezerra e Ipanguaçu, constatamos que a segunda etapa de implantação de lotes, que ocorre agora em 2021, se direciona exclusivamente a essas empresas. São 23 lotes que estão sendo abertos às empresas e irão ocupar uma área de 2.137,38 ha. O número de hectares desses lotes varia de 15 a mais de 150 hectares (PESQUISA DE CAMPO, 2021). Contraditoriamente, a área dos lotes direcionados aos agricultores familiares logo na primeira etapa foi de 8,32 ha.

Também constatamos que na fase de implantação do referido perímetro, 09 lotes, com áreas que variam de 76 a 124 ha, já foram direcionadas às empresas, inclusive de outros estados da região Nordeste, como é o caso da Integral Agroindustrial do Ceará, o que nos faz compreender que existe nesse espaço expressões concretas da apropriação privada da terra pública. (PESQUISA DE CAMPO, 2021).

Vale ressaltar que do número de agricultores familiares presentes no Perímetro Irrigado Baixo-Açu, apenas 124 lotes familiares estão em funcionamento, e podem ser vistos como aqueles em que sofrem com o subjugo às empresas do agronegócio se faz presente. Em pesquisa de campo em Alto do Rodrigues, tivemos a oportunidade de conhecer detentores de lotes familiares integrados a empresas, os quais explicitaram a submissão às normas e exigências da empresa que compra o seu produto (no caso, o mamão) para exportar para os mercados interno e externo.

O POLO ASSU-MOSSORÓ

Entender o processo de formação do espaço agrário que compõe o Polo Assu-Mossoró requer adentrarmos um pouco nos aspectos que marcam a história, no sentido da existência de uma organização social e produtiva da agricultura familiar camponesa ali presente, e que já

⁷ A implantação do Perímetro Irrigado Baixo-Açu se deu no ano de 1989, os serviços de administração e manutenção da infraestrutura de uso comum se deu cinco anos depois, em 1994. O mesmo encontra-se localizado na região centro-norte do estado do Rio Grande do Norte, englobando áreas dos municípios de Ipanguaçu, Alto do Rodrigues e Afonso Bezerra.



antecedia ao processo de modernização que passou a ocorrer com mais intensidade na década de 1970. Requer ainda que consideremos, como enfatizado anteriormente, a atuação do Estado no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas para o Nordeste, pois tais políticas tinham como ênfase inicial a ideia de combate às secas e objetivavam, ao menos em seus propósitos, beneficiar os agricultores familiares camponeses. Contudo, resultou, verdadeiramente, na expansão do capital agroindustrial no Vale do Açu e no Vale Apodi-Mossoró, dando condições para formação do que hoje denominamos de Polo Assu-Mossoró.

Assim, o que passou a ser denominado de Polo Assu-Mossoró foi resultado da junção de municípios que apresentavam uma forte dinâmica da fruticultura irrigada. Esses municípios faziam parte do Vale do Açu (neste presente o Perímetro Irrigado Baixo-Açu) e do então denominado de Vale do Apodi-Mossoró. Neste, a fruticultura irrigada começa a sua expansão no final dos anos de 1960, a partir da atuação de duas empresas: a Mossoró Agroindustrial S/A (MAISA) e a São João Agroindustrial (Fazenda São João).

Considerando a dinâmica apresentada pelos municípios que compõem a área de abrangência do Vale do Açu e do Vale Apodi-Mossoró, ressaltamos que foi no ano de 1997, no programa denominado Brasil em Ação, que foram criados um conjunto de empreendimentos estratégicos, sendo formado por 12 Polos de Desenvolvimento Integrado, constituídos por municípios da região Nordeste e do Norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Dentre esses polos está o Polo de Desenvolvimento Integrado Assu-Mossoró (RN). Entretanto, a partir de 2003, como foi explicitado, os Polos de Desenvolvimento Integrados deixam de existir no âmbito do Banco do Nordeste, enquanto recorte de suas estratégias e empreendimentos, passando a ser adotado o recorte dos Territórios Rurais e da Cidadania, que também foram extintos no ano de 2016.

Culturalmente continuamos a nos referir ao Polo Assu-Mossoró como área dinâmica da fruticultura irrigada. Ao todo, foram onze municípios incluídos nesse Polo de Desenvolvimento Integrado, cobrindo uma área que corresponde a 5,93 mil km², o que representa 10,1% da superfície total do Estado do Rio Grande do Norte, que é de 58,8 mil km² (IBGE, 2010).

Os Polos, com base em Nunes (2009), seguiam alguns parâmetros que envolvia uma perspectiva de produção voltada ao mercado externo e com forte presença de capital privado nacional e internacional. Dessa forma, a partir do que expõe o autor, a agricultura familiar camponesa não constituiu o privilégio no âmbito desses projetos. A agricultura tradicional, camponesa, foi e continua sendo vista com rejeição e como sinônimo de atraso. Visto dessa forma “a tendência em priorizar apenas setores modernos e desprezar o tradicional é



aprofundar cada vez mais a desigualdade de uma região já subdesenvolvida e desigual.” (NUNES, 2009, p. 110).

Entretanto, essa rejeição ou tentativa de negação da agricultura familiar camponesa não impede a sua existência e resistência nesse recorte, exemplo disso é o fato de 74 % dos estabelecimentos agropecuários serem da agricultura familiar (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017). Além disso, os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010)⁸ apontam a presença significativa de pessoas vivendo no campo (Quadro 01).

Quadro 01- População rural e urbana no Polo Assu-Mossoró (2010)

MUNICÍPIOS	População total	População vivendo no espaço rural	%	População vivendo em áreas Urbanas	%
Açu	53.227	13.868	26,05	39.359	73,9
Afonso Bezerra	10.844	5.085	46,89	5.759	53,1
Alto do Rodrigues	12.305	3.432	27,8	8.873	72,1
Baraúna	24.182	8.972	37,1	15.210	62,8
Carnaubais	9.762	5.005	51,2	4.757	48,7
Ipanguaçu	13.856	8.473	61,1	5.383	41,1
Itajá	6.932	1.231	17,7	5.701	82,2
Mossoró	259.815	22.574	8,6	237.241	91,3
Pendências	13.432	2.858	21,2	10.574	78,7
Serra do Mel	10.287	2.698	26,2	7.589	73,7
Upanema	12.992	6.694	51,5	6.298	48,4

Fonte: Censo Demográfico (IBGE), 2010. Organizado pelos autores.

Como podemos observar, nos municípios de Carnaubais, Ipanguaçu e Upanema mais de 50% de sua população habitavam o espaço rural no ano de 2010, ano em que foi realizado o último Censo Demográfico. No entanto, há municípios que apresentam uma dinâmica mais urbana e com forte presença de serviços, como é o caso de Mossoró que concentra apenas 8,6% da sua população no espaço rural. Entretanto, ele acaba sendo um ambiente de irradiação dos pontos fixos e feiras agroecológicas da agricultura familiar camponesa, como são os exemplos da Rede Xique Xique e a Associação de Produtores e Produtoras da Feira Agroecológica de Mossoró (APROFAM), sendo estes elementos de suma importância para a reprodução camponesa em todo o Polo. Além disso, os movimentos sociais utilizam-se da visibilidade desse município para apresentar suas reivindicações e manifestações em prol da luta pela terra e por direitos sociais dos povos do campo.

⁸ Ressaltamos que trabalhamos com o Censo demográfico de 2010 porque esse constitui-se na base dados que temos disponível, já que embora estejamos em 2021, 11 anos do Censo de 2010, ainda não foi realizado um novo censo demográfico no Brasil.



No que se refere à produção agrícola municipal no âmbito do Polo, as lavouras permanentes⁹ que se sobressaem são as culturas da banana, da castanha de caju, da goiaba, do mamão e do maracujá (Quadro 2). Muitas dessas são produzidas para o mercado, pelos grandes capitalistas. Entretanto, isso não quer dizer que elas também não tenham destaque na agricultura familiar camponesa, principalmente no abastecimento das feiras locais. O diferencial está nas formas de cultivo presentes na agricultura familiar camponesa, calcada no cuidado e zelo pela terra e com o objetivo principal que é autossustentação da família. A agricultura capitalizada, ao contrário, utiliza-se de insumos técnicos, agrotóxicos, com foco principal no mercado e com pouca preocupação ambiental.

A castanha de caju, por exemplo, tem no município de Serra do Mel a sua maior produção no Polo (em 2019, produziu 5.600 toneladas). Destacamos que esta produção é majoritariamente da agricultura familiar camponesa, e que nesse município a organização dos camponeses é de suma importância. Dos 761 estabelecimentos da agricultura familiar, 283 apresentam-se associados a algum tipo de organização Cooperativa e/ou Entidade de Classe (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

Quadro 2 - Produção Agrícola Municipal - Lavoura permanente nos municípios do Polo Assu-Mossoró (2019)

MUNICÍPIOS	Banana	Castanha de Caju	Goiaba	Mamão	Manga	Maracujá
	Quantidade produzida em toneladas (t)					
Açu	11.760	48	180	1.050	6.000	-
Afonso Bezerra	1.800	11	70	1.200	1.125	-
Alto do Rodrigues	38.000	-	105	1.600	1000	-
Baraúna	6.685	21	-	15.900	449	-
Carnaubais	12.000	216	-	525	3.600	-
Ipanguaçu	25.350	8	60	1.050	19.550	-
Itajá	-	-	-	-	-	-
Mossoró	367	1.150	60	4.940	1.380	38
Pendências	350	-	-	-	250	-
Serra do Mel	-	5.600	-	-	-	-
Upanema	1.350	-	-	-	400	-

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE (2019). Organizado pelos autores.

Quanto às lavouras temporárias¹⁰ (Quadro 03), destacamos a relevância social da agricultura familiar camponesa no Polo, tendo em vista que se sobressai a produção de alimentos necessários a cesta básica da população local e regional. Nesse contexto,

⁹ As culturas permanentes apresentam um ciclo longo. Assim, as colheitas podem ser realizadas por vários anos sem que haja a necessidade de novo plantio.

¹⁰ As culturas temporárias são aquelas de curta ou média duração, uma vez que seu ciclo reprodutivo é inferior a um ano, e, depois de colhidas, precisam de um novo plantio.



destacamos a batata doce (presente em 36% dos municípios), o feijão (81% dos municípios), o milho (100% dos municípios), a mandioca (27% dos municípios), o tomate (27% dos municípios) e a cebola (18% dos municípios).

Quadro 03 - Produção Agrícola Municipal - Lavoura Temporária nos municípios do Polo Assu-Mossoró (2019).

MUNICÍPIOS	Batata Doce	Feijão	Melancia	Melão	Milho	Tomate	Mandioca	Cebola
	Quantidade produzida em toneladas (t)							
Açu	96	428	4.700	2.500	176	700	-	-
Afonso Bezerra	68	-	6.000	3.000	140	600	40	-
Alto do Rodrigues	-	50	1.200	-	18	-	-	-
Baraúna	-	192	146.665	16.500	1.504	-	-	12.000
Carnaubais	-	668	4.000	300	447	450	-	-
Ipanguaçu	-	-	-	-	11	-	-	-
Itajá	-	32	-	-	20	-	-	-
Mossoró	-	990	56.000	216.940	855	-	415	900
Pendências	120	175	75	-	113	-	24	-
Serra do Mel	-	4.480	80.000	-	180	-	-	-
Upanema	550	192	1.400	1.910	440	-	-	-

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE (2019). Organizado pelos autores.

Já com relação ao agronegócio da fruticultura irrigada que se desenvolve no vale do Açu e no Vale Apodi-Mossoró, existe forte presença de produtores e empresas capitalizadas, sendo notório o aparato estatal a esse setor. Em noticiário do jornal Tribuna do Norte¹¹, em agosto de 2020, é divulgada a seguinte matéria: *RN terá R\$ milhões liberados pelo BNB no Plano Safra 2020/2021*. Ao adentrarmos na discussão da matéria fica explícito o ímpeto Estatal em destinar recursos ao setor do agronegócio em detrimento da agricultura familiar camponesa. “O Banco do Nordeste tem recursos para atender a demanda do setor do agronegócio, em todos os portes de clientes, no volume de R\$ 8,3 bilhões, por meio do Plano Safra 2020/2021, o que representa um incremento de 6% em relação ao ano passado”. (TRIBUNA DO NORTE, 2020).

Um dos reflexos dessa modernização e dinamismo da agropecuária no Polo Assu-Mossoró é a criação do Comitê Executivo de Fruticultura do Rio Grande do Norte (COEX), com o intuito de defender os interesses da fruticultura e dos produtores da região. O Quadro 04 nos traz um retrato da abrangência desse ramo nos municípios que compõem o Polo Assu-Mossoró. Enfatizamos que nesse Comitê não estão inclusas algumas das grandes empresas que atuam nesses municípios, como a multinacional norte-americana *Del Monte Fresh* (no

¹¹ Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rn-tera-r-264-milha-es-liberados-pelo-bnb-no-plano-safra-2020-2021/483905>. Acesso em: 20 de set. 2021.



município de Ipanguaçu), a Frunorte (no município de Carnaubais) e a Agrícola Famosa (no município de Mossoró).

Quadro 04 – Empresas integrantes do COEX e atuantes no Polo Assu-Mossoró (2021)

MUNICÍPIOS	RELAÇÃO DAS EMPRESAS	PRODUÇÃO
Açu	▪ Fazenda Olho d'agua FINOBRASA	Manga
	▪ Sítio Olho d'agua Piato LTDA	Manga
	▪ Sítio Santo Antonio	Manga
	▪ Fazenda São João	Manga
	▪ Fazenda Santo Antônio	Manga
	▪ Fazenda Poassá	Manga
Afonso Bezerra	▪ Agrícola Salutaris LTDA - Terra Brasilis	Melancia, melão, mamão e banana
Alto do Rodrigues	▪ Fazenda São Miguel ¹²	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Fazenda Bamburrall	Melancia, melão, mamão e banana
Baraúna	▪ Agropecuária Modelo	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ AGROSOL - jiem agrícola e comercial LTDA	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ W.G Produção e distribuição de frutas LTDA	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Cris frutas LTDA - Fazenda Otani	Melancia, melão, mamão e banana
Carnaubais	-	-
Ipanguaçu	▪ Fazenda Ubarana e Malheiros – FINOBRASA	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Fazenda São Francisco	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Fazenda Veneza	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Sítio Canto Grande	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Fazenda Seridó	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ K & F fruticultura LTDA	Manga
Itajá	-	-
Mossoró	▪ NORFRUIT – Nordeste de frutas LTDA (COOPYFRUTAS)	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Brazil melon prod. exp. e imp. LTDA	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Bollo Brasil prod. comercialização de frutas LTDA	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Cooperativa dos fruticultores da bacia potiguar – COOPYFRUTAS	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Dinamarca industrial agrícola LTDA – COOPYFRUTAS	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Doce vida produção e distribuição de fruta LTDA	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Faz. Fruta vida prod. Import. E expor. LTDA – COOPYFRUTAS	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Faz. Agrícola bom jesus – COOPYFRUTAS	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Agrícola jardim prod. E com. De frutas – EIRELI	Melancia, melão, mamão e banana
▪ Mata fresca produção e comercialização LTDA	Melancia, melão, mamão e banana	
Pendências	-	-
Serra do Mel	-	-
Upanema	▪ Renovare Upanema agroindustrial LTDA - MELANCIA	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Agrícola Campo Verde Eireli	Melancia, melão, mamão e banana

Fonte: COEX (2021). Organizado pelos autores.

Como podemos observar, as empresas estão concentradas principalmente nos municípios de Mossoró, Açu, Ipanguaçu e Baraúna, sendo predominante a fruticultura irrigada, com produtos que se repetem nas várias empresas, como a manga, a banana, o melão

¹² Projeto Baixo Assú, setor III lote 68 a 70 e setor I lote 28, Zona Rural.



e a melancia. Estes aspectos condizem com o perfil seletivo e monocultor que vem sendo discutido nesse trabalho, em que as empresas têm como principal intuito atender demandas internas e principalmente externas do mercado, contribuindo com a intensificação da concentração de terras nesses municípios, como iremos discutir no próximo tópico.

A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO POLO ASSU-MOSSORÓ E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

Ao analisarem a territorialização do capital no Vale do Açu – região que congrega atualmente municípios do Polo Assu-Mossoró –, Sousa, Lopes e Silva (2012) consideram que o domínio do território pelas agroindústrias que promove a concentração de terras para as mãos dos grupos empresariais também é desencadeador de diversos problemas, como a degradação do meio ecológico, a concentração da renda e da terra, o aumento do trabalho informal no campo e o agravamento das desigualdades sociais.

Ao se referir aos rebatimentos sociais decorrentes da estruturação desse “Polo de dinamismo”, Gomes da Silva (1999) salienta que já na fase inicial de sua implantação, década de 1970, era perceptível que o modelo de desenvolvimento modernizador que se direcionava aos vales dos rios Piranha/Açu e Apodi/Mossoró apresentava indícios de um alto grau de exclusão para a maioria da população residente nesse espaço. Por isso, consideramos que esse projeto, assim como outros que foram executados na região Nordeste, foi incapaz de impactar de forma positiva na estrutura social dos sujeitos ali presentes, em especial os agricultores familiares camponeses que são os mais afetados por esse processo, revelando, portanto, a permanência de um contexto socioeconômico caracterizado pela desigualdade e pelas contradições.

A partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, podemos perceber a ineficiência desse modelo de desenvolvimento capitalista que provocou, por um lado, mudanças na base produtiva, mas que, por outro, impactou de forma insuficiente na vida daqueles que habitam esses espaços. A porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único (2017), e que, portanto, recebem Bolsa Família¹³ é um indicativo de que todo esse processo

¹³ Dentre os requisitos para ter acesso ao Bolsa Família, que atende às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, está o critério renda por pessoa. Assim, de acordo com o Ministério da Cidadania todas as famílias que tenham renda por pessoa de até R\$ 89, 00 mensais e as famílias com renda entre R\$ 89,01 e 178 R\$ mensais, desde que tenham em sua residência crianças ou adolescente de 0 a 17 anos, podem ser atendido pelo programa. (Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario>. Acesso em: 20 de set. 2021).



contraria os indicadores da riqueza ali gerados e refletem a situação de pobreza vivenciada por parte da população dos municípios que compõem o Polo (Tabela 01).

Quadro 01 - Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família no Polo Assu-Mossoró (2017)

MUNICÍPIOS	% da população
Açu	69,82%
Afonso Bezerra	91,35
Alto do Rodrigues	76,43
Baraúna	70,79
Carnaubais	87,59
Ipanguaçu	60,61
Itajá	70,15
Mossoró	58,39
Pendências	77,36
Serra do Mel	80,71
Upanema	70,60%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Organizado pelos autores.

Nesses municípios, mais de 50% das pessoas tem acesso ao benefício. Ao refletirmos sobre o elevado número de beneficiários do programa Bolsa Família nos municípios e a atuação das empresas (Quadro 04), percebemos as contradições vigentes. Um exemplo é o que ocorre no município de Baraúna, onde há uma atuação intensa das empresas vinculadas ao agronegócio da fruticultura irrigada e que tem 70,79% de sua população inscrita no referido programa. Esse fato se repete em outros municípios, como Açu que apresenta 69,82% de pessoas cadastradas, Afonso Bezerra, com 91,43%, e Mossoró que conta com 58,39%. Esses municípios também se destacam por apresentar um Produto Interno Bruto (PIB) em crescimento e um PIB *per capita* elevado (Tabela 02). Entretanto, isso representa apenas um mero crescimento econômico que escondem as desigualdades sociais oriundas da concentração de renda ali presente.

Tabela 02: Produto Interno Municipal (1999; 2018) e Produto Interno Per Capita (2018) dos municípios do Polo Assu-Mossoró.

Municípios	PIB Municipal (1999)	PIB Municipal (2018)	PIB per capita (2018)
Açu	105.863,00	1.095. 809,82	19.009,95
Afonso Bezerra	13.232,00	94.908,14	8.595,97
Alto do Rodrigues	60.430,00	482.564,65	33.684,54
Baraúna	43.661,00	546.283,51	19.514,31
Carnaubais	38.320,00	163.712,76	15.370,65
Ipanguaçu	17.833,00	135.412,92	8.819,39
Itajá	8.434,00	82.039,27	10.937,11
Mossoró	718.353,00	6.524.082,90	22.185,02
Pendências	33.792,00	480.471,19	32.065,62
Serra do Mel	13.684,00	329.054,02	27.909,59



Upanema	26.059,00	179.736,99	12.381,99
---------	-----------	------------	-----------

Fonte: IBGE (2018). Organizado pelos autores.

É nessa perspectiva que concordamos com Piketty (2013), quando destaca que o crescimento não pode se equilibrar de forma automática, sendo necessário considerar aspectos estruturais que o envolvem, justamente, as origens das disparidades de renda e riqueza entre os grupos sociais e as diferentes justificativas que condicionam esse processo: econômicas, sociais, políticas, morais. “A desigualdade não é necessariamente um mal em si: a questão central é decidir se ela se justifica e se há razões concretas para que ela exista” (PIKETTY, 2013, p. 22).

Ligada à questão da pobreza, temos também a questão da terra no Polo Assu-Mossoró. Os dados apresentados pelo Censo Agropecuário de 2017 retratam a presença da concentração fundiária, quando se considera a estratificação de áreas dos estabelecimentos entre os categorizados como agricultores familiares¹⁴ e não familiares¹⁵. Dos estabelecimentos agropecuários com área acima de 200 hectares, 170 estão nas mãos de pessoas que não são agricultores familiares, enquanto apenas 39 estabelecimentos são da agricultura familiar. Outrossim, quando analisamos os dados referentes aos estabelecimentos com menores grupos de área (como de 0 a 20 hectares) constatamos que eles são predominantes entre os agricultores familiares, uma vez que correspondem a um total de 3.181, o equivalente a mais de 50% dos estabelecimentos desse grupo. Os estabelecimentos de 1.000 a 10.000 hectares pertencem, no Polo Assu-Mossoró, exclusivamente aos agricultores não familiares, que são 26 no total (Tabela 03).

Tabela 03 – Número de estabelecimentos no Polo Assu-Mossoró (Familiar e Não Familiar) de acordo com os grupos de área total.

Grupos de área total	Número de Estabelecimentos da agricultura não familiar	Número de estabelecimentos da agricultura familiar
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	6	21
De 0,1 a menos de 0,2 ha	1	10
De 0,2 a menos de 0,5 ha	9	22
De 0,5 a menos de 1 ha	12	30
De 1 a menos de 2 ha	49	123
De 2 a menos de 3 ha	46	139
De 3 a menos de 4 ha	42	142
De 4 a menos de 5 ha	26	117
De 5 a menos de 10 ha	303	801

¹⁴ A definição formal da agricultura familiar brasileira está prevista na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Assim, o IBGE segue o que determina a referida Lei.

¹⁵ O conceito de agricultura patronal contrapõe-se ao de agricultor familiar.



De 10 a menos de 20 ha	636	1776
De 20 a menos de 50 ha	462	1457
De 50 a menos de 100 ha	164	780
De 100 a menos de 200 ha	90	184
De 200 a menos de 500 ha	98	36
De 500 a menos de 1.000 ha	46	2
De 1.000 a menos de 2.500 ha	22	0
De 2.500 a menos de 10.000 ha	4	0
De 10.000 ha e mais	0	1
Produtor sem área	9	21
TOTAL	2.025	5.662

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2017). Organizado pelos autores.

Outro dado que merece ser destacado diz respeito à condição do produtor em relação às terras nas quais trabalham (Quadro 05). Os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017) apontam para uma redução de 1.099 estabelecimentos da agricultura familiar no Polo Assu-Mossoró, visto que em 2006 haviam 6.761 estabelecimentos, enquanto em 2017 eles totalizaram 5.662. Conseqüentemente, o número de estabelecimentos com agricultor proprietário também foi reduzido. Em 2006, totalizavam 4.422 estabelecimentos, número que foi reduzido para 3.409 em 2017. Essa redução pode ter uma explicação metodológica por parte do IBGE, como também pode está relacionada à atuação das empresas que passaram a adquirir terras para a expansão do agronegócio, já que o número de estabelecimentos da agricultura não familiar elevou-se de 1.076, em 2006, para 2.025 em 2017. (IBGE, 2006; 2017).

Quadro 05 - Condição do produtor (agricultura familiar) em relação às terras nas quais trabalham no Polo Assu-Mossoró (2006-2017).

Proprietário (a)		Concessionário (a) ou assentado (a) aguardando titulação definitiva		Arrendatário (a)		Parceiro (a)		Comodatário (a)		Ocupante		Produtor sem área	
2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
4422	3409	1572	1769	45	80	36	97		217	331	69	355	21

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006; 2017). Organizado pelos autores.

Os dados apresentados no quadro 05 também revelam que no período entre 2006 e 2017 houve aumento no número de assentados aguardando titulação (197), arrendatários (35) e parceiros (61), o que no nosso entendimento sinaliza não apenas para o problema do acesso à terra, mas também é um indicativo da busca para permanecer na terra e expressões de resistência ao subjugado às empresas do agronegócio e, conseqüentemente, ao capital. Quanto



ao número de ocupantes, observamos que ocorreu uma pequena diminuição no número de estabelecimentos (44)¹⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com poucos ou insignificantes benefícios sociais, o modelo de modernização implantado no Nordeste, principalmente com os perímetros irrigados e, posteriormente, a formação dos chamados Polos de Desenvolvimento, suscita reflexões sobre as consequências destes para a população, pois o que se observa nesses espaços é uma das faces do processo de apropriação privada da terra. Nesse processo, os agricultores familiares camponeses são os mais afetados, já que até mesmo as terras de caráter público, como as dos perímetros irrigados, que poderiam beneficiar esses sujeitos, passam a constituir interesse privado dos grandes capitalistas. Tais interesses se revelaram, por exemplo, com a expropriação de agricultores familiares camponeses (sem garantia de indenizações) para implantação de infraestrutura modernizante, como aconteceu com a construção do Perímetro Baixo-Açu e a Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves em que muitos agricultores familiares foram obrigados a deixarem suas terras. Esse é um dos aspectos que demonstram como o capital, atuando no território, domina as terras camponesas e é capaz de concentrá-las com um fim único: acumular riquezas e transformar a terra de trabalho em mercadoria, o que possibilita a permanência das desigualdades sociais e a concentração da terra em meio ao aumento do crescimento econômico. Entretanto, é importante ressaltar que toda essa conjuntura não nega a condição camponesa ou a sua presença nesse espaço, uma vez que os agricultores familiares camponeses são maioria na área da pesquisa (74 % do total de estabelecimentos agropecuários) e um significativo número de pessoas continuam a viver no campo nos municípios que compõem o Polo. Para nós, a permanência na terra mesmo na condição de arrendatários, parceiros ou posseiros pode ser vista como ato ou sinônimo de resistência, pois mesmo diante da forte presença do capital, representado pelo agronegócio da fruticultura irrigada, os camponeses resistem e buscam formas para se recriarem.

¹⁶ No Censo 2017, houve a inclusão da categoria “Terras em regime de comodato”. Para comparação de “Terras ocupadas” entre 2017 e 2006, há que somar os valores (2017) de “Terras ocupadas” e de “Terras em regime de comodato” e compará-los com os valores (2006) de “Terras ocupadas”. (Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 21 de set. 2021).



Por fim, registramos que no recorte espacial da pesquisa foi possível observar vários exemplos que retratam essa recriação camponesa, como a adesão à agroecologia, as feiras agroecológicas, as sementes crioulas, a importância das tecnologias sociais de convivência com o semiárido, o associativismo e cooperativismo, dentre outras. Refletir sobre as formas de recriação camponesa é o que se pretende em etapas seguintes da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 24 de Jun. 2021.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. Brasília, 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo.html>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF 24 de julho de 2006.

COMITÊ EXECUTIVO DE FRUTICULTURA IRRIGADA DO RIO GRANDE DO NORTE (COEX). **Associados**. Disponível em: <https://coexrn.com.br/associados>. Acesso em: 29 de mar. 2021.

FURTADO. C. **As aventuras de um economista brasileiro**: A fantasia desfeita. Tomo II, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

GOMES DA SILVA, A. Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte – brasil. In: CAVALCANTI, Josefa Saete B. **Globalização, trabalho e meio ambiente**: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Universitária da UFPE, 1998. p. 61-91.

GÖRGEN, F. S. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. Porto Alegre, 2004.

KAUTSKY. Karl. **A Questão Agrária**. 3ª edição, São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN. Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: abril Cultural, 1982.

NUNES, E. M. **Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste**: as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Polo Assú-



Mossoró. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, 350f.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro, Ed. Intrínseca Ltda. 2013.

SILVA, R. P. **Território, Estado e Política de Irrigação: uma leitura a partir das técnicas, normas e configurações espaciais no Rio Grande do Norte**. Tese (doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras Arte Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. 346f.

SILVA, J. S; SILVA, S. B. S. Considerações sobre agricultura irrigada no Vale do Açu e os impactos sobre o mundo do trabalho. **REVISTA DA ABET**, V. VI, Nº 1, jan./jun. 2006.

SOUSA, J. G.; LOPES, J. E.; SILVA, A. B. da. Modernização da Agricultura no Vale do Açu – RN: Um Processo Mediatizado pelas Políticas Públicas. *In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. 2012. Uberlândia: UFU, 2012. p. 1-16.

SOUZA, H. R. de. Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial. *In: Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.28, n.4, 1997, p. 499-518.

TOLEDO, P. H. V. M. **O GTDN e a SUDENE de Furtado no desenvolvimento econômico do Nordeste: concepção e realidade**. Disponível em:
<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1718/1/PHVMToledo.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2021.